



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Gestão dos suplementos alimentares e de outros produtos para a saúde em Macau**

Face à propagação de várias epidemias nos últimos anos, as pessoas que vivem nas cidades têm prestado mais atenção à sua saúde, e verificou-se uma maior procura de cuidados de saúde no dia-a-dia, o que contribuiu para um grande aumento na venda de suplementos alimentares e de outros produtos para a saúde, e ainda na variedade de novos produtos deste género no mercado. A China e a União Europeia exigem uma declaração rigorosa sobre a composição de novos produtos para a saúde, mas em Macau, estes pertencem à categoria de “género alimentício” e regem-se pela Lei de segurança alimentar e pela Lei de rotulagem dos géneros alimentícios. Importa notar que o Governo da RAEM criou, em 2022, o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica (ISAF), responsável pelo estudo, coordenação, concertação e implementação das políticas no domínio da supervisão e administração de medicamentos em Macau, e nos últimos anos, este Instituto tem participado nas iniciativas para assegurar a segurança alimentar conduzidas pelo Instituto para os Assuntos Municipais, nomeadamente nas “acções de recolha de amostras de produtos para a saúde”, a fim de garantir a segurança deste tipo de produtos a comercializar no mercado local.

No entanto, os canais pelos quais a população recebe informações estão sempre a mudar, e não existem fronteiras geográficas no mundo cibernético. Com o



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

desenvolvimento das redes sociais e a mudança do ambiente de *marketing*, os referidos produtos passaram a ser promovidos de forma digital e através de venda directa ou da apresentação por parte de “líderes de opinião” (KOL), em vez de através de lojas físicas ou de publicidade tradicionais. Como as fontes de informação sobre os suplementos alimentares se tornaram muito variadas, a população, quando recebe, pouco a pouco e unilateralmente, as respectivas informações, pode facilmente ignorar os riscos potenciais que os mesmos acarretam. Os suplementos alimentares são destinados a determinados grupos de pessoas para uso específico e não podem substituir uma alimentação equilibrada e saudável, portanto, os meios de divulgação podem facilmente induzir a população em erro sobre as formas de manter a saúde e distorcer os seus valores, por exemplo, muitas pessoas tomam frequentemente suplementos como produtos de emagrecimento, vitaminas, proteínas e minerais, mas ignoram a importância de se acertar a dosagem adequada, e alguns produtos carecem de estudos e dados fiáveis e até de explicações sobre os seus efeitos secundários.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Macau, os produtos para a saúde são classificados como “géneros alimentícios” e são regulamentados pela Lei de segurança alimentar, pela Lei de rotulagem dos géneros alimentícios, pela Lei n.º 7/89/M (Actividade Publicitária) e pelo Decreto-Lei n.º 30/95/M, e o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica dispõe de um mecanismo permanente para a recolha de amostras dos produtos em causa para efeitos de análise laboratorial de substâncias medicamentosas ocidentais. Porém, existem muitas formas e canais de venda deste tipo de produtos, quer *offline* quer na *internet*, e estão sempre a ser lançados novos produtos com embalagens



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

diferentes. Então, para garantir a segurança alimentar dos residentes, o Governo vai reforçar a fiscalização em relação à qualidade e ao tipo de produtores, aos fornecedores e aos métodos de comercialização utilizados pelos vendedores?

2. Os suplementos alimentares não são adequados para todos, assim sendo, o Governo vai reforçar a divulgação e a promoção dos suplementos alimentares e de outros produtos para a saúde? Por exemplo, pode criar uma base de dados sobre produtos para a saúde e recorrer a diversos meios de sensibilização e educação, no sentido de ajudar os residentes a conhecerem melhor os efeitos destes produtos e os cuidados a ter ao tomá-los, e ainda a protegerem, de forma mais correcta, a sua saúde. O Governo vai fazer isto?

26 de Abril de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Lam Lon Wai**